

Um alerta oportuno

Pedro Conde

Economia Brasil

AS últimas cinco ou seis semanas, sem dúvida, puseram à prova os nervos e o sangue-frio de empresários e autoridades brasileiras.

Começando logo depois da famosa reunião do Fundo Monetário Internacional, em Toronto, um clima de sobressaltos espalhou-se na comunidade de negócios, inclusive no setor financeiro, e chegou mesmo a obscurecer a percepção dos mais argutos analistas.

Mas, como sempre costuma acontecer, o mundo não acabou nesse interregno. Continuou funcionando a despeito dos prognósticos fundados em aflições, e, na verdade, pensamos nós, mostrou notável capacidade de resistência à adversidade psicológica.

Não diríamos que as turbulências amainaram completamente e que agora estaremos navegando em águas remansas. Mas, os brasileiros que conhecem bem as chuvas de verão saberão apreciar a imagem que fariam do ambiente que se criou nessas últimas cinco ou seis semanas: as primeiras lufadas e trovões, desfechadas desde Toronto e realimentadas por alguns torvelinhos nas principais praças financeiras do mundo, prenunciavam algo que gelou realmente os corações.

Mas, como ocorre durante os temporais, depois que a primeira frente passa, as coisas se mostram mais controláveis: q granizo e as bátegas pesadas podem ser incômodos e inconvenientes, mas mostram-se menos assustadores e até bem comportados, em comparação com os fenômenos meteorológicos que os precedem — geradores de pânico.

Diríamos, pois, que a tempestade está aí, mas que não é impossível protegernos dela.

Se encararmos com serenidade e sensatez o momento que atravessamos, verificaremos que ele pode ser avaliado sob três aspectos. Um, o imediato, caracterizado por uma crise financeira, um problema basicamente de caixa em moeda estrangeira — já que o problema de caixa em moeda nacional é sério, sem dúvida, mas não chega a ser fatal.

O segundo aspecto, derivado do primeiro, é o que esta crise imediata deixará como resíduo no médio prazo, ou seja, para o ano de 1983, em termos de cuidados e preocupações que deveremos ter na administração econômica do país.

E, finalmente, temos o aspecto de longo prazo, para o qual nunca chegamos a ter tempo e disposição de espírito no Brasil, mas que desta vez precisamos encarar com responsabilidade, dadas as imposições da própria crise que atravessamos.

O sistema financeiro, aqui no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo, é bastante sensível a fatores psicológicos e a acontecimentos perturbadores súbitos.

Assim, não deveria constituir surpresa para ninguém que a própria reunião do FMI, realizada em Toronto já num ambiente de prévia preocupação generalizada, tivesse como consequência certo grau de paralisação dos negócios financeiros.

Certamente, o Ministro Delfim Netto interpretou bem o espírito dos financistas, quando disse recentemente em entrevista à televisão, brincando, que, ao partirem para Toronto, deram ordens em casa para ninguém fazer nada até o retorno deles. As coisas podem não se ter passado de modo tão caricato, mas, sem dúvida, um pouco de fechamento dos mercados deveu-se também a isso, de modo que, se a reunião de Toronto tivesse sido tranquila e tivesse gerado resultados positivos, mesmo assim o fluxo de créditos internacionais sofreria certa retração.

O que vimos, todavia, foi que em Toronto a "bruxa" esteve à solta — para usar a linguagem dos pilotos. Não só o ambiente da reunião foi extremamente adverso e pessimista, como seus resultados práticos foram nulos no sentido de dar qualquer garantia ou tranquilidade ao sistema financeiro privado internacional.

Se a isso adicionarmos o fato de que as inadimplências do México, da Argentina e de algumas grandes empresas privadas coincidiram com os dias da reunião de Toronto, teremos composto o quadro que horrorizou os meios financeiros internacionais e trouxeram uma retração desproporcional nos fluxos de operação.

Nós nunca tivemos dúvidas, como não temos agora, de que o tempo jogaria a nosso favor no sentido de, aos poucos, restabelecer a corrente de créditos, como de fato está acontecendo. Mesmo porque os bancos emprestadores estão continuamente pagando juros sobre suas próprias captações e, portanto, não podem permanecer indefinidamente ou mesmo muito tempo "fechados".

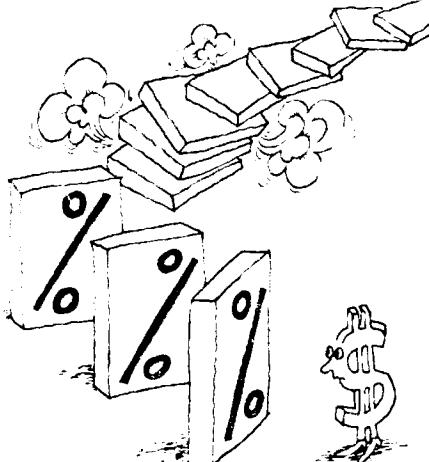
Ocorre, todavia, que o impacto provocado no mercado pelos acontecimentos já mencionados e sobretudo pela atitude dura do Governo americano, que fez questão de demonstrar que não estava disposto a bancar uma espécie de aval — direto ou indireto — para a "reciclagem" financeira nos mesmos níveis, teve seus efeitos, mais duradouros e mais permanentes do que a crise de caixa que praticamente todos os países endividados experimentaram nas últimas semanas.

Em relação à imprensa internacional o

Subsecretário do Tesouro dos EUA, Beryl W. Sprinkel, resumiu os sentimentos do seu governo ao dizer que não tinha ido a Toronto para salvar nenhum banco ou qualquer país, acrescentando que quem tivesse que falir, faliria mesmo, pois este era o preço a pagar pela imprudência generalizada.

Esta linha de raciocínio tornou-se um pouco mais flexível, de lá para cá, dentro para cá, dentro do Governo americano, principalmente com relação ao Brasil. Sem dúvida, muito concorreu para isso o excelente discurso do Presidente Figueiredo na ONU.

The New York Times



Há poucos dias, o próprio Secretário Donald Regan, em entrevista coletiva, confessou estar promovendo algumas demarches financeiras em favor do Brasil, e o Embaixador americano em nosso país, Anthony Motley, virou um propagandista do Brasil nos EUA.

Todos esses sinais favoráveis vieram culminar com a notícia da vinda do Presidente Reagan ao Brasil, no próximo dia 30 de novembro. Mas a resultante, a prazo médio, de todos esses acontecimentos é que a maioria dos bancos internacionais financiadores, embora restaurando suas operações e talvez recuperados das síndromes de Toronto, pretendem de fato reduzir o grau de exposure externa no ano que vem. Além disso, os sinais de recuperação da economia industrial, nos EUA e Europa, assim como a redução das taxas de juros bancários internacionais, sugerem que uma maior parcela das disponibilidades de crédito será orientada para atividades econômicas internas.

Desse modo, não há como fugir à hipótese de que o Brasil, de fato, não poderá contar, em 1983, com suprimento de crédito igual ao de 1982. A cifra que está sendo mencionada pelas nossas autoridades, de

uma captação de 13 bilhões de dólares de créditos bancários, suficientes para cobrir um saldo negativo em contas correntes de 8 a 9 bilhões de dólares, nos parece realista.

Então, é a partir desse fato, dessa restrição de crédito externo, que temos de formar expectativas e formular hipóteses de trabalho de médio prazo. Não adianta espernear contra isso, nem ficar imaginando saídas infantis para uma situação que na verdade não depende de nós nem foi criada por nós: ela está aí, e, provavelmente, veio para ficar. Uma empresa particular pode ter a melhor disposição de espírito para crescer e se expandir; pode contar com o melhor material humano; pode desfrutar de excelentes condições mercadológicas e tecnológicas. Não obstante, se precisar de crédito para isso, se não tiver recursos próprios suficientes, vai depender mesmo das disponibilidades de financiamentos que o mercado propicie em cada momento da sua atividade.

Este fato da vida precisa ser apreendido e compreendido por todos no Brasil: empresários privados, trabalhadores e Governo. E é este mesmo fato, de termos doravante de crescer com restrições externas, que nos pode conduzir a uma reflexão mais serena e equilibrada sobre o longo prazo da nossa economia.

A grande verdade é que o crescimento econômico brasileiro dos últimos anos, tanto do setor público quanto do setor privado, mas principalmente o do setor público, veio sendo pautado pela abundância de créditos — externos e internos. Em consequência, esse crescimento assumiu um ritmo mais do que proporcional ao rendimento e ao retorno provável dos empreendimentos econômicos produtivos.

Assim, quando se tratava de investimentos em moeda nacional, de maturação lenta e baixo retorno, a solução era relativamente fácil — principalmente no caso de empreendimentos públicos: o Governo emitia ou se endividava em moeda nacional, e, numa segunda etapa, emitia para pagar o endividamento. De qualquer modo, e a despeito do efeito altamente inflacionário, pode-se dizer que este sistema funcionou relativamente bem em termos de geração de empregos e dinamização da economia. O problema, todavia, é mais sério quando se trata de empreendimentos financiados com moeda estrangeira — públicos ou privados. Se a maturação é lenta e o retorno é baixo e, além disso, a expectativa desse retorno é em moeda nacional, o pagamento da dívida contraída torna-se impossível, a menos que se lance mão de receitas em moeda estrangeira auferidas

por setores alheios ao empreendimento em questão.

Como a principal fonte de receitas em divisas no Brasil é a exportação, e esta é uma atividade eminentemente privada, que não acompanha nem tem condições de acompanhar as maciças pretensões empreendedoras assumidas pelo Governo brasileiro, o resultado é esse a que estamos assistindo: a crescente incapacidade das receitas de exportação para saldar compromissos de créditos assumidos com relação a empreendimentos que não geram, eles próprios, receitas em moeda estrangeira.

Então, uma diretriz muito sensata e simples que deveremos ter para o futuro, para o longo prazo, em nossas decisões de administração econômica, é que qualquer projeto brasileiro, público ou privado, que exija determinada parcela de financiamentos externos, deve ser capaz de gerar, na mesma proporção, receitas externas.

Isso como regra geral, mas suficientemente rígida para exigir que qualquer exceção seja previamente avaliada em seus mínimos pormenores, a ver se realmente a nação deve admiti-la.

Dentro dessa regra geral, dois pressupostos básicos devem também ser sustentados: um, de que o setor público precisa enquadrar suas pretensões dentro das suas reais disponibilidades de recursos internos, uma vez que as empresas públicas que captam vastos recursos externos são, em geral, por sua própria natureza, incapazes de gerar receitas em moeda estrangeira para honrar tais compromissos. Outro, de que todo empreendimento que requeira inevitavelmente financiamentos externos deve, em princípio, ser conduzido pela iniciativa privada, sob condições de risco, pois isso garante que (1) os recursos internalizados sejam de fato os mais necessários e (2) os responsáveis pela empresa terão o maior interesse em apressar a fase de maturação, obter retornos e fazer o possível para que tais retornos sejam, em parte, pelo menos, em moeda estrangeira.

Em suma, o que esta crise está nos permitindo e deverá nos fornecer mais ainda são critérios, práticos e eficazes, para um modelo de desenvolvimento econômico que dependa menos de paixões, modismos ou interesses pessoais — e muito mais de juízo e avaliação econômico-financeira prudente.

Pedro Conde é presidente da Febraban — Federação Brasileira das Associações de Bancos — e da Assobesp — Associação dos Bancos no Estado de São Paulo.